



Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Federal *Rita Camata* - PMDB/ES

PROJETO DE LEI Nº , de 2008
(da Sr.^a Rita Camata)

Altera o art. 48 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, com a redação dada pela Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o auxílio-reclusão entre os rendimentos isentos do imposto de renda.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, alterado pela Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral, auxílio-acidente e auxílio-reclusão, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei tem por finalidade isentar do imposto de renda os rendimentos decorrentes de auxílio-reclusão pagos pela previdência aos dependentes do segurado preso.

Em caso concreto, foi possível constatar que determinado dependente, menor de cinco anos, de segurado da previdência social recolhido



à prisão conseguiu, apenas depois de alguns anos de enfrentamento de filas e de esperas junto às agências da previdência social, ter o direito ao benefício do auxílio-reclusão reconhecido.

Ocorre que o pagamento efetuado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, relativamente a um salário-mínimo mensal, e correspondente a vários anos, ocorreu somente em 2007, e, segundo informação fornecida pelo referido Instituto para efeito de declaração de imposto de renda, o menor, dado o acúmulo de valores, pode estar obrigado à declaração e, depois, ao pagamento de imposto de renda.

Isto porque, a legislação do imposto de renda, sem se ater à natureza do rendimento, determina que *"no caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês de recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos..."* (Lei nº 7.713, de 1988, art.12).

Ora, sabido que o benefício da previdência social é devido, em regra, a partir data da entrada do requerimento, não resta dúvida que, no mínimo, o acúmulo se deveu à dificuldade da família do menor, humilde, conseguir se habilitar perante o órgão oficial.

Agora, dado o atraso no pagamento, arrisca-se a terminar o menor, representado pelo seu responsável, a se tornar polo passivo de cobrança de dívida tributária, já que é evidente a impossibilidade de qualquer pagamento.

Cabe ressaltar que a alteração proposta atingirá, tão somente, os casos em que a análise e concessão do auxílio-reclusão por parte do INSS ultrapassou os limites do razoável, fazendo com que o dependente receba mais do que o limite de isenção do imposto de renda, ou seja, o valor referente a todos os anos em que o requerimento tramitou.

Consideramos, assim, que o interessado não pode ser penalizado pela demora no deferimento do requerimento. Sabemos que o auxílio-reclusão é concedido apenas para os dependentes de segurados de baixa renda que



Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Federal *Rita Camata* - PMDB/ES

estariam isentos do pagamento de parcela ao imposto de renda caso o benefício fosse percebido normalmente.

Nestas condições, a medida proposta, além de justa, aprimora a legislação e dá visibilidade ao drama vivido pelas famílias de baixa renda com a delonga na análise dos requerimentos de concessão do auxílio-reclusão.

Sala das Sessões, em 05 de Agosto de 2008.

Deputada Rita Camata
PMDB/ES